

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1774692 - RS (2018/0274555-3)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : PAULA FERREIRA KRIEGER - RS057189
PROCURADOR LUIS CARLOS KOTHE HAGEMANN - RS049394
AGRAVADO : MAICON LOPES ALVES
ADVOGADOS : JACQUELINE AZAMBUJA RIES - RS021682
RODRIGO AZAMBUJA RIES GUEDES - RS086880

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - FDRH. NATUREZA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO. PRAZO PRESCRICIONAL. SUPERVENIÊNCIA DA LEI ESTADUAL 14.982/2017. FATO NOVO. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. EXAME DE MATÉRIA LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. INEXISTÊNCIA DE CONTROVÉRSIA FÁTICA. DESNECESSIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA LOCAL.

1. Como cediço, "*conhecido o recurso especial, esta Corte detém cognição ampla para o julgamento da lide, podendo, ao aplicar o direito à espécie, levar em consideração fatos novos, extintivos do direito de uma das partes, ocorridos posteriormente ao ajuizamento da ação, nos termos do art. 462 do CPC/73 (art. 493 do CPC/15)*" (**AgInt nos EDcl no REsp 1.327.956/SP**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 03/08/2017).

2. A superveniência da Lei Estadual 14.982, de 16/1/2017, não caracteriza fato novo, haja vista que referido diploma legal já vigia quando do julgamento do agravo interno pelo Tribunal de origem, ocorrido em 22/03/2018. Nesse contexto, inviável o conhecimento da referida tese, não apenas porque vinculada ao exame de matéria local, mas também em virtude de seu não prequestionamento, incidindo na espécie, portanto, as Súmulas 280 e 282/STF, aplicadas por analogia.

3. Ao contrário do que afirma a parte agravante, o deslinde da controvérsia, tal qual delineada no acórdão recorrido e nas razões do recurso especial, não esbarra no óbice das Súmulas 7/STJ e 280/STF. Isso porque a natureza jurídica de direito privado do FDRH restou expressamente afirmada no acórdão recorrido, motivo pelo qual, quanto a esse ponto, inexistia qualquer tipo de controvérsia fática, sendo desnecessário o exame da Lei Estadual 6.464/1972, em especial diante da irrelevância da origem de seu patrimônio para o deslinde da controvérsia.

Superior Tribunal de Justiça

4. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator

